REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES, AGROBIODIVERSIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR: AUTONOMIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA

COMMUNITY SEED BANKS, AGROBIODIVERSITY AND FOOD SOVEREIGNTY: PEASANT AUTONOMY AND RESISTANCE

BANCOS COMUNITARIOS DE SEMILLAS, AGROBIODIVERSIDAD Y SOBERANÍA ALIMENTARIA: AUTONOMÍA Y RESISTENCIA CAMPESINA

Rafael dos Santos Balbino
Mestrado em Agronomia, Instituto Federal de Alagoas, Brasil
E-mail: rafael.balbino@ifal.edu.br

Ana Maria Dubeux Gervais
Doutorado em Sociologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil
E-mail: ana.gervais@ufrpe.br

Luciano Pires de Andrade
Doutorado em Etnobiologia e Conservação da Natureza, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil
E-mail: lucianopandrade@gmail.com

João Manoel da Silva
Doutorado em Biotecnologia, Universidade Federal de Alagoas, Brasil
E-mail: joao.manoel@ceca.ufal.br

Resumo

Os Bancos Comunitários de Sementes constituem estratégias coletivas de conservação, circulação e uso de sementes crioulas, articulando dimensões ecológicas, produtivas, culturais e políticas. Este artigo tem como objetivo analisar, a partir da literatura, esses bancos como instituições sociotécnicas territorializadas e discutir suas contribuições para a conservação da agrobiodiversidade, a autonomia camponesa e a soberania alimentar. O estudo caracteriza-se como revisão narrativa, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, fundamentada em livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, documentos institucionais e legislação relacionada às sementes crioulas, à agroecologia e aos sistemas alimentares. A síntese foi organizada em quatro eixos: fundamentos, estrutura e tipologias; conservação dinâmica, guardiões e resiliência; disputas territoriais, redes e políticas públicas; e relações entre agroecologia e soberania alimentar. A literatura demonstra que os bancos ultrapassam a função de armazenamento, pois estruturam mecanismos comunitários de empréstimo, devolução, multiplicação e intercâmbio, sustentados por reciprocidade, confiança e corresponsabilidade. Também favorecem a conservação dinâmica das variedades, a transmissão intergeracional de conhecimentos e a redução da dependência de sementes comerciais. Entretanto, enfrentam pressões associadas à concentração fundiária, à homogeneização genética, à contaminação por transgênicos, às mudanças climáticas e à descontinuidade das políticas públicas. Conclui-se que sua permanência depende da articulação entre cultivo contínuo, gestão coletiva, protagonismo de guardiões e guardiãs, redes territoriais e políticas que reconheçam os direitos dos agricultores sem subordinar as iniciativas comunitárias a lógicas externas.

Palavras-chave: Sementes crioulas; Agrobiodiversidade; Agroecologia.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

Abstract

Community Seed Banks are collective strategies for conserving, circulating, and using landrace seeds, bringing together ecological, productive, cultural, and political dimensions. This article analyzes these banks, based on the literature, as territorialized sociotechnical institutions and discusses their contributions to agrobiodiversity conservation, peasant autonomy, and food sovereignty. The study is a narrative review with a qualitative and bibliographic approach, drawing on books, scientific articles, academic studies, institutional documents, and legislation related to landrace seeds, agroecology, and food systems. The synthesis was organized into four analytical axes: foundations, structure, and typologies; dynamic conservation, seed guardians, and resilience; territorial disputes, networks, and public policies; and the relationship between agroecology and food sovereignty. The literature shows that these banks go beyond storage, as they organize community mechanisms for lending, returning, multiplying, and exchanging seeds based on reciprocity, trust, and shared responsibility. They also foster the dynamic conservation of varieties, the intergenerational transmission of knowledge, and reduced dependence on commercial seeds. However, they face pressures associated with land concentration, genetic homogenization, contamination by transgenic crops, climate change, and discontinuity in public policies. Their continuity therefore depends on the articulation of ongoing cultivation, collective management, the leading role of women and men seed guardians, territorial networks, and policies that recognize farmers' rights without subordinating community initiatives to external rationalities.

Keywords: Landrace seeds; Agrobiodiversity; Agroecology.

Resumen

Los Bancos Comunitarios de Semillas constituyen estrategias colectivas de conservación, circulación y uso de semillas criollas, articulando dimensiones ecológicas, productivas, culturales y políticas. Este artículo tiene como objetivo analizar, a partir de la literatura, estos bancos como instituciones sociotécnicas territorializadas y discutir sus contribuciones a la conservación de la agrobiodiversidad, la autonomía campesina y la soberanía alimentaria. El estudio se caracteriza como una revisión narrativa, de enfoque cualitativo y naturaleza bibliográfica, basada en libros, artículos científicos, trabajos académicos, documentos institucionales y legislación relacionada con las semillas criollas, la agroecología y los sistemas alimentarios. La síntesis se organizó en cuatro ejes: fundamentos, estructura y tipologías; conservación dinámica, guardianes y resiliencia; disputas territoriales, redes y políticas públicas; y relaciones entre agroecología y soberanía alimentaria. La literatura demuestra que los bancos superan la función de almacenamiento, pues estructuran mecanismos comunitarios de préstamo, devolución, multiplicación e intercambio, sostenidos por la reciprocidad, la confianza y la corresponsabilidad. También favorecen la conservación dinámica de las variedades, la transmisión intergeneracional de conocimientos y la reducción de la dependencia de semillas comerciales. Sin embargo, enfrentan presiones relacionadas con la concentración de la tierra, la homogeneización genética, la contaminación por transgénicos, el cambio climático y la discontinuidad de las políticas públicas. Se concluye que su permanencia depende de la articulación entre cultivo continuo, gestión colectiva, protagonismo de guardianes y guardianas, redes territoriales y políticas que reconozcan los derechos de los agricultores sin subordinar las iniciativas comunitarias a lógicas externas.

Palabras clave: Semillas criollas; Agrobiodiversidad; Agroecología.

1. Introdução

As sementes ocupam posição estratégica nos sistemas agroalimentares porque constituem o ponto de partida da produção agrícola e concentram relações

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

biológicas, econômicas, culturais e políticas. A consolidação do modelo agrícola industrial, intensificada a partir da Revolução Verde, difundiu monoculturas, insumos externos, sementes híbridas e cultivares protegidas por mecanismos de propriedade intelectual. Nesse processo, recursos antes selecionados, reproduzidos e compartilhados pelas comunidades passaram a ser progressivamente apropriados como mercadorias. A concentração empresarial sobre as sementes restringe as possibilidades de reprodução autônoma dos agricultores e favorece a homogeneização dos sistemas produtivos, com repercussões sobre a diversidade genética e alimentar (Shiva, 2003; Kloppenburg, 2014; Bezerra; Alves; Andrade, 2024).

Essa transformação não se limita à substituição de variedades. Ela interfere nas formas de conhecimento, nas relações de reciprocidade e nos modos de vida que historicamente permitiram aos grupos camponeses adaptar os cultivos às condições locais. As sementes crioulas resultam de processos contínuos de seleção, experimentação e intercâmbio realizados por agricultores, povos indígenas e comunidades tradicionais. Por isso, são simultaneamente recursos genéticos, alimentos, memória biocultural e expressão de identidades territoriais. Sua conservação envolve a manutenção de práticas de cultivo, critérios locais de qualidade, repertórios alimentares e relações sociais que não podem ser preservados apenas em estruturas técnicas isoladas do território (Santilli, 2009; Toledo; Barrera-Bassols, 2008).

Os Bancos Comunitários de Sementes surgem nesse campo de tensões como estratégias organizadas para conservar, multiplicar, circular e disponibilizar sementes adaptadas às necessidades das comunidades. No Semiárido brasileiro, essas experiências estão associadas à convivência com a irregularidade climática, à organização comunitária e à luta pelo direito de plantar no período adequado, sem dependência exclusiva de programas de distribuição ou do mercado. Em Alagoas, a trajetória dos bancos vincula-se à mobilização camponesa e à formação de redes de sementes, constituindo uma experiência territorial de defesa dos recursos genéticos e dos conhecimentos locais (Lima; Santos, 2018; Balbino; Gervais; Santos Júnior, 2025).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

A denominação “banco” pode sugerir, em uma leitura restrita, um local destinado ao armazenamento. Contudo, as experiências comunitárias demonstram que sua existência depende de um sistema mais amplo, constituído por regras de acesso, cultivo contínuo, seleção, beneficiamento, controle dos estoques, empréstimo, devolução e circulação de conhecimentos. O espaço físico é importante, mas não esgota o fenômeno. Um banco permanece vivo quando as sementes continuam sendo plantadas, avaliadas e partilhadas, de modo que a conservação ocorre simultaneamente nas casas, nas roças, nas feiras, nas organizações e nas relações entre guardiões e guardiãs.

Essa compreensão aproxima os bancos das tecnologias sociais, entendidas como soluções construídas e apropriadas coletivamente, orientadas por problemas concretos e pelos conhecimentos dos sujeitos envolvidos (Dagnino, 2010). Também permite interpretá-los como instituições comunitárias de gestão de bens compartilhados, sustentadas por normas, confiança, monitoramento e corresponsabilidade (Ostrom, 1990). A combinação entre infraestrutura, saberes, regras e redes evidencia seu caráter sociotécnico e territorializado: cada experiência é moldada pelas condições ambientais, pela história da comunidade, pelas formas de organização e pelas disputas que atravessam o espaço agrário.

Os bancos comunitários relacionam-se diretamente à agroecologia e à soberania alimentar. A agroecologia oferece bases ecológicas e políticas para a diversificação dos sistemas produtivos e para a valorização dos conhecimentos camponeses; a soberania alimentar afirma o direito dos povos de definir como produzir, distribuir e consumir seus alimentos (Altieri, 2008; Sevilla Guzmán, 2001; Patel, 2009). O controle comunitário das sementes ocupa posição central nessa articulação, pois a capacidade de decidir o que plantar e de conservar os próprios materiais reduz vulnerabilidades, amplia alternativas produtivas e fortalece a autonomia.

Apesar de sua relevância, essas iniciativas enfrentam desafios relacionados à erosão genética, à expansão das sementes comerciais e transgênicas, à redução das áreas de cultivo, à sucessão geracional, às mudanças climáticas e à descontinuidade institucional. O reconhecimento estatal pode ampliar recursos e

REMUNOM
ISSN 2178-6925
Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

proteção, mas também produzir padronizações incompatíveis com a diversidade das experiências. O problema analítico, portanto, não se resume a demonstrar que os bancos são importantes; consiste em compreender como suas dimensões ecológicas, organizativas, territoriais e políticas se articulam e quais condições sustentam sua continuidade.

1.1 Objetivo Geral

Este artigo tem como objetivo analisar, a partir da literatura, os Bancos Comunitários de Sementes como instituições sociotécnicas territorializadas, discutindo suas contribuições para a conservação da agrobiodiversidade, a reprodução dos conhecimentos camponeses, a autonomia produtiva e a soberania alimentar, bem como os principais desafios que condicionam sua permanência.

1.2 Procedimentos metodológicos

O trabalho caracteriza-se como revisão narrativa, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica. Essa modalidade possibilita articular contribuições teóricas e estudos de experiências sem pretender esgotar a produção existente ou produzir uma síntese estatística. O corpus foi constituído por livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, documentos institucionais e legislação relacionados aos Bancos Comunitários de Sementes, às sementes crioulas, à agrobiodiversidade, à agroecologia, ao campesinato, ao território e à soberania alimentar.

A seleção priorizou materiais com contribuição direta para a compreensão das dimensões ecológica, organizativa, cultural e política dos bancos, incluindo trabalhos clássicos e estudos recentes sobre experiências brasileiras, especialmente do Semiárido. Também foram incorporados marcos normativos de Alagoas por sua relevância para a institucionalização dos Bancos Comunitários de Sementes no estado. Por se tratar de revisão narrativa, a composição do corpus foi orientada pela pertinência temática e pela capacidade explicativa das fontes, e não por protocolo de exaustividade ou metanálise (Gil, 2021).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

A leitura e a síntese interpretativa foram organizadas em quatro eixos: a) fundamentos conceituais, estrutura e tipologias; b) conservação dinâmica da agrobiodiversidade, guardiões e resiliência socioecológica; c) disputas territoriais, redes e políticas públicas; e d) relações entre Bancos Comunitários de Sementes, agroecologia e soberania alimentar. Esses eixos permitiram reunir argumentos originalmente dispersos, identificar convergências e contradições e construir uma interpretação integrada das funções desempenhadas pelos bancos.

2. Revisão da Literatura

2.1 Fundamentos, estrutura e tipologias dos Bancos Comunitários de Sementes

Os Bancos Comunitários de Sementes podem ser compreendidos como sistemas locais de gestão de recursos genéticos agrícolas que integram conservação, multiplicação, distribuição e intercâmbio. Diferenciam-se de coleções mantidas exclusivamente por instituições de pesquisa porque operam no interior das comunidades e conservam as sementes em estreita relação com os sistemas produtivos. Sua finalidade não é apenas manter amostras viáveis, mas assegurar que as variedades permaneçam acessíveis e socialmente úteis, vinculadas aos conhecimentos necessários ao cultivo, ao consumo e à reprodução.

A materialização mais visível desses sistemas ocorre nas casas ou bancos de sementes, onde são armazenados estoques coletivos. Entretanto, a estrutura física é apenas um componente de uma rede que se estende às unidades familiares, às roças, às associações, às feiras e aos espaços de formação. A perspectiva da tecnologia social contribui para compreender essa articulação, porque desloca o foco do artefato para o processo de construção coletiva, para a adequação ao contexto e para a apropriação pelos sujeitos (Dagnino, 2010). Um depósito equipado, mas separado das práticas comunitárias, não constitui por si só um banco socialmente ativo.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

A gestão coletiva é estruturada por regras que definem quem pode acessar as sementes, em que quantidade, sob quais compromissos e de que modo ocorrerá a reposição. O mecanismo de empréstimo e devolução é recorrente: a família retira determinada quantidade para o plantio e, após a colheita, devolve volume equivalente ou acrescido, conforme a norma local. A operação recompõe o estoque e amplia a quantidade disponível, mas seu significado excede o cálculo material. Ela atualiza compromissos de reciprocidade, confiança e responsabilidade perante a comunidade, aproximando-se das formas econômicas não reduzidas à troca mercantil descritas por Polanyi (2000).

Esses arranjos demonstram a capacidade das comunidades de formular instituições para o manejo de recursos compartilhados. A análise de Ostrom (1990) ajuda a reconhecer a importância de regras conhecidas, participação na tomada de decisões, acompanhamento dos estoques e mecanismos graduais para lidar com o descumprimento. Isso não significa que exista uma forma universal de governança. As regras variam segundo a história do grupo, a disponibilidade de sementes, o regime de chuvas, as relações de vizinhança e a capacidade organizativa. A legitimidade decorre menos da formalização burocrática do que do reconhecimento comunitário e da adequação às condições locais.

A conservação também depende da qualidade física e fisiológica das sementes. Secagem, limpeza, classificação, identificação, controle de umidade e armazenamento adequado interferem na viabilidade dos lotes. Contudo, a eficiência técnica não pode ser dissociada da organização social. Estoques bem acondicionados podem desaparecer se não houver plantio e reposição; por outro lado, redes comunitárias ativas podem recuperar variedades perdidas por meio de feiras e intercâmbios. A sustentabilidade dos bancos requer, portanto, equilíbrio entre procedimentos técnicos, cultivo contínuo e gestão coletiva.

Vernooy et al. (2014) demonstram que a expressão “banco comunitário de sementes” reúne experiências com funções, escalas e formas organizativas distintas. A tipologia recuperada pelos autores permite diferenciar bancos de fato, intercâmbios comunitários, bancos organizados, redes de guardiões e bancos cerimoniais. No contexto brasileiro, essas modalidades frequentemente se sobrepõem: uma

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

comunidade pode manter estoque coletivo, articular guardiões individuais e realizar feiras periódicas. O Quadro 1 sintetiza essas formas sem tratá-las como categorias rígidas.

Quadro 1 – Tipologias e formas organizativas de conservação comunitária de sementes

Tipologia ou forma organizativa	Gestão e armazenamento	Características principais
Banco de sementes de fato ou guarda individual/familiar	Conduzido por guardião, guardiã ou família, geralmente na residência ou unidade produtiva.	Conservação de variedades próprias; seleção, multiplicação e armazenamento sob responsabilidade familiar; circulação por doações ou trocas.
Intercâmbio comunitário de sementes	Organizado por grupos ou comunidades, sem exigir estoque coletivo permanente.	Circulação por feiras, encontros, empréstimos, doações e trocas; favorece recuperação e ampliação da diversidade.
Banco ou casa comunitária organizada	Gestão coletiva vinculada a associação, comissão ou grupo comunitário.	Estrutura de armazenamento, regras de acesso, controle de estoque e mecanismos de retirada e devolução.
Rede de guardiões e guardiãs	Conservação distribuída entre famílias e articulada por rede territorial.	Variedades mantidas em diferentes unidades; intercâmbio de sementes e conhecimentos; redução do risco de perda concentrada.
Banco cerimonial	Conservação associada a práticas culturais, espirituais ou rituais.	Sementes com valor simbólico e identitário, preservadas segundo regras e conhecimentos específicos da comunidade.

Fonte: elaboração dos autores (2026), com base em Vernooy et al. (2014), que retomam a classificação de Lewis e Mulvany (1997).

As formas individual e coletiva de guarda não são excludentes. Guardiões e guardiãs podem conservar variedades específicas em suas residências ou unidades produtivas e, simultaneamente, participar do estoque comunitário. A guarda individual preserva materiais associados à história familiar, ao autoconsumo e às preferências culturais; a guarda coletiva amplia o acesso, compartilha responsabilidades e reduz o risco de perda concentrada. A conexão entre essas escalas fortalece a diversidade, porque permite que uma variedade circule sem perder o vínculo com quem conhece suas características e formas de manejo.

As feiras e os intercâmbios desempenham função complementar. Ao promoverem a circulação de sementes e saberes entre comunidades, ampliam o repertório disponível e possibilitam a recuperação de materiais ausentes em determinado território. Esses eventos também conferem visibilidade pública às sementes crioulas, fortalecem alianças e reafirmam sua condição de patrimônio coletivo, e não de simples mercadoria (Balbino; Gervais; Santos Júnior, 2025). A

REMUNOM
ISSN 2178-6925
Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

circulação, entretanto, exige cuidado com identificação, origem, qualidade e adaptação, para que a ampliação do acesso não produza misturas indesejadas ou perda de informações.

No Semiárido, a disponibilidade da semente no momento oportuno é decisiva. A irregularidade das chuvas pode reduzir a janela de plantio, tornando inadequadas distribuições tardias ou variedades pouco adaptadas. Bancos situados nas comunidades aproximam o estoque das famílias e permitem decisões mais ajustadas ao conhecimento local do clima e do solo. Em Alagoas, essa função foi reconhecida pela Lei estadual nº 6.903/2008, que instituiu o Programa Estadual de Bancos Comunitários de Sementes, e posteriormente ampliada pela Lei nº 9.576/2025, que criou a Política Estadual de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade (Alagoas, 2008, 2025).

O reconhecimento legal representa conquista importante, mas a efetividade depende de orçamento, continuidade administrativa, participação social e articulação com as organizações comunitárias. A institucionalização deve fortalecer estruturas existentes, apoiar a melhoria da qualidade e assegurar a proteção das sementes, sem impor modelos únicos de gestão. A diversidade das tipologias evidencia que políticas homogêneas podem invisibilizar guardas familiares, redes informais e formas culturais de conservação que não se enquadram em definições administrativas estreitas.

2.2 Agrobiodiversidade, guardiões e resiliência socioecológica

A agrobiodiversidade compreende a variedade de espécies, cultivares, conhecimentos, práticas e relações ecológicas vinculadas à agricultura e à alimentação. Sua conservação não se limita à manutenção de genes, pois envolve os ambientes, os sistemas de cultivo e os grupos sociais que selecionam e utilizam os materiais. Santilli (2009) enfatiza que a diversidade agrícola foi construída pela interação histórica entre sociedades e natureza, razão pela qual os direitos dos agricultores e os conhecimentos tradicionais são componentes inseparáveis de sua proteção.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

Os Bancos Comunitários de Sementes operam predominantemente por conservação dinâmica. As variedades são armazenadas, mas também retornam às roças, onde continuam submetidas à seleção dos agricultores e às condições ambientais. Esse movimento distingue os bancos comunitários de estratégias exclusivamente ex situ. A conservação em uso permite que as populações vegetais mantenham variabilidade e sejam continuamente avaliadas segundo critérios produtivos, culinários e culturais. O plantio não é uma etapa posterior à conservação; é parte do próprio processo conservacionista.

A perspectiva coevolutiva contribui para interpretar essa dinâmica. Norgaard (1984) demonstra que agricultura, ambiente e conhecimento se transformam de maneira interdependente. Ao escolher plantas mais resistentes, saborosas, precoces ou adequadas ao armazenamento, os agricultores interferem na composição das populações; simultaneamente, as respostas das plantas e as mudanças ambientais reorganizam práticas e critérios. Por isso, a diversidade conservada nos bancos não é um inventário estático, mas resultado de relações continuamente atualizadas.

Essa diversidade amplia a capacidade de resposta dos agroecossistemas. Sistemas baseados em múltiplas variedades distribuem riscos e oferecem alternativas diante de secas, novas pragas e mudanças na disponibilidade de recursos. A adaptabilidade das sementes crioulas não deve ser tratada como qualidade abstrata ou automática: ela decorre de sucessivos ciclos de cultivo, seleção e intercâmbio em contextos específicos. Quando o plantio é interrompido ou a base territorial é reduzida, também se enfraquece a possibilidade de adaptação.

Os guardiões e as guardiãs ocupam posição central nesse processo. São pessoas, famílias ou grupos que mantêm variedades, observam seu comportamento, selecionam plantas, realizam o beneficiamento e transmitem conhecimentos. Sua atuação reúne memória, experimentação e responsabilidade coletiva. Ao reconhecer os guardiões como produtores de conhecimento, rompe-se com a ideia de que a inovação provém somente de instituições científicas. O manejo cotidiano constitui um processo de pesquisa prática, baseado em observação acumulada e validação no agroecossistema (De Boef; Thijssen, 2007; Almeida et al., 2020).

REMUNOM
ISSN 2178-6925
Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

As redes de troca ampliam o alcance desse conhecimento. Uma semente circula acompanhada por informações sobre origem, época de plantio, ciclo, uso culinário, resistência e forma de armazenamento. Quando essas informações se perdem, o material biológico é separado de parte das condições que permitem sua reprodução social. Feiras, visitas, reuniões e espaços educativos funcionam, assim, como mecanismos de conservação do conhecimento associado, além de promoverem diversidade genética.

As mulheres desempenham papel decisivo na seleção, na guarda, no preparo dos alimentos e na transmissão de conhecimentos, embora sua contribuição seja frequentemente invisibilizada. Estudos sobre guardiãs no Alto Sertão de Sergipe mostram que conservação e soberania alimentar se articulam ao trabalho feminino e à responsabilidade cotidiana pela alimentação das famílias (Santos; Ramos Filho, 2020). Experiências em comunidades indígenas também evidenciam o protagonismo de mulheres e jovens na recuperação de sementes e na organização de casas comunitárias (Pereira et al., 2020).

Reconhecer esse protagonismo não significa naturalizar o cuidado como obrigação feminina. A valorização deve ser acompanhada por participação efetiva nas decisões, acesso a recursos, reconhecimento público e distribuição mais justa do trabalho. Os bancos podem constituir espaços de fortalecimento das mulheres quando ampliam sua capacidade de decisão e visibilidade; podem também reproduzir desigualdades se o trabalho cotidiano permanece feminino enquanto os espaços formais de representação são ocupados por homens.

A dimensão pedagógica é igualmente relevante. Sementes crioulas permitem integrar conhecimentos sobre biologia, história, alimentação, território e cultura. Em experiências de educação do campo, seu uso favorece processos formativos vinculados à realidade e aproxima escola, famílias e comunidade (Pereira; Divino, 2024). Essa articulação contribui para a sucessão geracional, pois crianças e jovens reconhecem as sementes não como resíduos do passado, mas como recursos vivos para enfrentar problemas contemporâneos.

A resiliência socioecológica promovida pelos bancos depende, portanto, da combinação entre diversidade biológica, memória, aprendizagem, cooperação e

REMUNOM
ISSN 2178-6925
Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

capacidade de reorganização. O estoque físico é necessário, porém insuficiente. Quando as relações sociais se fragilizam, reuniões deixam de ocorrer ou o cultivo é abandonado, as sementes podem perder viabilidade e significado. A conservação duradoura exige comunidades capazes de renovar responsabilidades, incorporar novas gerações e manter a circulação dos materiais.

2.3 Território, disputas, redes e políticas públicas

A existência dos Bancos Comunitários de Sementes está condicionada pelo território, entendido como espaço apropriado por relações sociais, práticas produtivas, identidades e disputas de poder. As sementes dependem de terra, água, trabalho e condições para o cultivo. Dessa forma, não é possível separar a conservação da agrobiodiversidade da estrutura fundiária e dos conflitos que reorganizam o espaço rural. A redução das áreas camponesas, a expansão das monoculturas e a imposição de pacotes tecnológicos afetam tanto a disponibilidade de sementes quanto as condições sociais de sua reprodução (Fernandes, 2008; Lima; Santos, 2018).

O controle empresarial sobre sementes e insumos constitui uma dimensão dessas disputas. Regimes de propriedade intelectual e mercados concentrados ampliam a dependência de materiais adquiridos a cada safra e restringem práticas de reprodução e compartilhamento. A crítica de Shiva (2003) à monocultura evidencia que a homogeneização não é apenas produtiva, mas também cognitiva, pois desqualifica conhecimentos locais e apresenta uma única racionalidade agrícola como universal. Kloppenburg (2014), ao discutir soberania de sementes, mostra que o acesso, o uso e o intercâmbio estão no centro da disputa sobre quem decide os rumos dos sistemas agrícolas.

Os bancos comunitários produzem uma resposta territorial porque recolocam as sementes sob gestão coletiva e articulam sua conservação às necessidades locais. Essa reapropriação não elimina o mercado nem resolve isoladamente a desigualdade agrária, mas amplia a margem de decisão das famílias. Na perspectiva de Van der Ploeg (2008), a autonomia camponesa é construída pela capacidade de

REMUNOM
ISSN 2178-6925
Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

controlar recursos estratégicos e reduzir relações de dependência. As sementes crioulas e os bancos integram essa base de recursos, ao lado da terra, da água, do trabalho, do conhecimento e das redes sociais.

A dimensão decolonial ajuda a compreender por que a valorização dos conhecimentos camponeses representa mais do que reconhecimento cultural. A colonialidade do saber hierarquiza formas de conhecimento e subordina experiências locais a padrões externos de validação (Quijano, 2005). Ao estabelecer critérios próprios de seleção e gestão, os bancos afirmam a legitimidade de conhecimentos produzidos nas comunidades. Essa autonomia epistemológica não rejeita a ciência, mas propõe relações de diálogo nas quais os agricultores participam da definição dos problemas, dos métodos e das soluções (Escobar, 2016).

As redes agroecológicas ampliam a capacidade política e técnica das experiências locais. Organizações comunitárias, associações, cooperativas, movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa e entidades de assessoria podem colaborar na formação, na recuperação de variedades, no controle de qualidade e na incidência sobre políticas públicas. A circulação entre territórios reduz o isolamento e permite responder a perdas locais, ao mesmo tempo que transforma experiências dispersas em agendas coletivas.

Essa articulação não deve substituir a governança comunitária. A atuação institucional é mais consistente quando reconhece conhecimentos existentes, define responsabilidades de forma participativa e evita concentrar informações e decisões fora das comunidades. Apoios baseados apenas na entrega de equipamentos ou na execução de projetos de curta duração tendem a produzir estruturas sem continuidade. A formação, o acompanhamento e o fortalecimento organizativo são tão importantes quanto a infraestrutura.

A relação com o Estado apresenta oportunidades e tensões. Políticas de agroecologia, compras públicas, assistência técnica e proteção da agrobiodiversidade podem ampliar recursos e reconhecimento. A experiência brasileira de institucionalização da agroecologia demonstra a importância da participação social e da articulação entre organizações e poder público, mas também revela a vulnerabilidade das políticas diante de mudanças governamentais e

REMUNOM
ISSN 2178-6925
Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

restrições orçamentárias (Schmitt et al., 2017). No campo das sementes, a descontinuidade pode comprometer estoques, formação e capacidade de planejamento.

Em Alagoas, a Lei nº 6.903/2008 reconheceu os Bancos Comunitários de Sementes como estratégia pública, enquanto a Lei nº 9.576/2025 ampliou o marco ao instituir uma política estadual de sementes crioulas e agrobiodiversidade. Esses instrumentos oferecem base para ações de conservação, gestão compartilhada e valorização dos conhecimentos. Sua aplicação, entretanto, requer regulamentação, financiamento e participação das organizações que construíram historicamente os bancos. O texto legal não substitui a ação territorial, mas pode criar condições para sua proteção e expansão.

Também é necessário considerar riscos decorrentes da padronização. Procedimentos de cadastro, certificação e controle podem favorecer transparência e qualidade, mas tornam-se problemáticos quando ignoram a diversidade dos sistemas locais ou exigem capacidades burocráticas incompatíveis com a realidade das comunidades. Fernandes (2017) evidencia que o reconhecimento das sementes crioulas nas políticas públicas deve ser acompanhado por marcos específicos, capazes de proteger o direito de produzir, guardar e trocar, sem submetê-las integralmente às mesmas regras destinadas às cadeias comerciais.

As mudanças climáticas intensificam a necessidade de redes articuladas. Secas prolongadas e eventos extremos podem provocar perdas simultâneas de produção e estoque. A diversidade distribuída entre famílias e comunidades reduz o risco de desaparecimento e permite recomposição por intercâmbio. Ao mesmo tempo, a adaptação não pode ser transferida exclusivamente aos agricultores. Políticas climáticas, apoio técnico, infraestrutura hídrica e proteção territorial são indispensáveis para que a conservação não se transforme em responsabilidade individual diante de problemas estruturais.

2.4 Bancos Comunitários de Sementes, agroecologia e soberania alimentar

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

A agroecologia articula princípios ecológicos, conhecimentos tradicionais, experimentação e transformação das relações sociais. Não se limita à substituição de insumos, pois questiona a organização dos sistemas agroalimentares e a distribuição do poder sobre terra, água, sementes e mercados (Altieri, 2008; Sevilla Guzmán, 2001). Os Bancos Comunitários de Sementes ocupam posição estratégica nesse projeto porque garantem a base biológica da diversificação e fortalecem formas coletivas de organização.

Em termos ecológicos, a disponibilidade de diferentes espécies e variedades permite planejar agroecossistemas mais complexos. Consórcios, rotações e cultivos adaptados podem reduzir riscos, aproveitar nichos e ampliar a oferta de alimentos. A diversidade não produz sustentabilidade de maneira automática, mas oferece recursos para que os agricultores experimentem combinações e respondam às mudanças. A agroecologia transforma esse potencial em prática ao integrar manejo ecológico, observação e participação (Gliessman, 2015).

Em termos sociais, os bancos fortalecem a autonomia ao reduzir a dependência de sementes comerciais e de distribuições externas. Essa autonomia não significa isolamento. Ao contrário, é construída por relações de cooperação, intercâmbio e negociação. Wanderley (2009) demonstra que o campesinato articula unidade produtiva, família, território e projeto de vida; por isso, o controle sobre recursos estratégicos está ligado à capacidade de reprodução social. Os bancos ampliam essa capacidade quando as famílias podem acessar sementes no período adequado e participar das decisões sobre sua gestão.

A soberania alimentar acrescenta uma dimensão política. Para Patel (2009), ela envolve o direito dos povos de definir seus sistemas alimentares, o que inclui controlar os meios de produção e decidir quais alimentos produzir e consumir. A semente é central nesse processo. Sem acesso a materiais reproduzíveis e adaptados, a escolha sobre o sistema produtivo torna-se limitada. Ao conservar variedades relacionadas às práticas alimentares locais, os bancos também protegem repertórios culinários e possibilidades de diversificação da dieta.

Essa relação diferencia soberania alimentar de uma compreensão estritamente quantitativa da segurança alimentar. A disponibilidade de alimentos é

REMUNOM
ISSN 2178-6925
Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

indispensável, mas a soberania pergunta quem controla os recursos, como os alimentos são produzidos e quais relações sustentam a produção. Bancos comunitários não garantem, isoladamente, toda a soberania alimentar, porém incidem sobre um de seus fundamentos: o direito às sementes. A experiência de casas indígenas demonstra que recuperar materiais e conhecimentos pode fortalecer simultaneamente alimentação, identidade e autonomia (Pereira et al., 2020).

Os mecanismos de empréstimo, devolução e troca expressam uma economia baseada em reciprocidade. Ao circular fora da compra convencional, a semente mantém valor de uso e vínculos sociais. Isso não impede comercialização de excedentes nem participação em mercados; indica que nem todas as relações são organizadas pela maximização individual. A permanência dos bancos depende justamente da capacidade de combinar responsabilidade familiar e compromisso coletivo, evitando tanto a privatização dos estoques quanto a ausência de reposição.

As feiras de sementes tornam essa dimensão pública. Elas promovem intercâmbio de materiais, experiências e conhecimentos, aproximam comunidades e reafirmam o valor político da agrobiodiversidade. No Semiárido brasileiro, as feiras contribuem para ampliar redes e dar visibilidade aos guardiões, além de fortalecer a associação entre sementes crioulas, convivência com o clima e soberania alimentar (Balbino; Gervais; Santos Júnior, 2025). Seu alcance é maior quando se conectam a processos permanentes de formação e organização, e não apenas a eventos isolados.

A convergência entre bancos, agroecologia e soberania alimentar também exige enfrentar desigualdades internas. Participação comunitária não deve ser presumida como automaticamente democrática. Mulheres, jovens e grupos com menor acesso à terra podem contribuir intensamente e, ainda assim, permanecer distantes das decisões. A governança precisa reconhecer diferentes formas de trabalho e conhecimento, criar condições de participação e promover renovação geracional. A sustentabilidade social é parte da sustentabilidade ecológica.

Por fim, os bancos demonstram que a conservação pode ser simultaneamente técnica e política. É técnica porque requer qualidade, identificação, armazenamento e manejo; é política porque define quem controla recursos vitais e quais

REMUNOM
ISSN 2178-6925
Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

conhecimentos orientam as decisões. Sua potência reside na articulação dessas dimensões. Quando reduzidos a depósitos, perdem a capacidade mobilizadora; quando tratados apenas como símbolos de resistência, podem ter suas necessidades técnicas negligenciadas. A agroecologia oferece uma síntese ao integrar ecologia, autonomia, justiça social e organização territorial.

3. Considerações Finais

A revisão evidencia que os Bancos Comunitários de Sementes não podem ser compreendidos como simples estruturas de armazenamento. Eles constituem instituições sociotécnicas territorializadas, formadas pela interação entre sementes, infraestrutura, regras, conhecimentos, práticas de cultivo e relações comunitárias. Sua continuidade depende menos da existência isolada de um prédio ou estoque e mais da capacidade de manter as variedades em uso, renovar os compromissos de gestão e articular famílias, guardiões, organizações e redes.

No plano ecológico, os bancos favorecem a conservação dinâmica da agrobiodiversidade. O retorno das sementes às roças mantém processos de seleção e adaptação, amplia alternativas diante de estresses ambientais e sustenta sistemas agrícolas diversificados. No plano cultural, preservam conhecimentos sobre plantio, beneficiamento, armazenamento, preparo e consumo. No plano social, organizam mecanismos de reciprocidade e aprendizagem. No plano político, ampliam o controle comunitário sobre um recurso estratégico e fortalecem a luta pelo direito de produzir e trocar sementes.

Os guardiões e as guardiãs são fundamentais porque conectam material biológico e memória. A valorização desses sujeitos deve incluir reconhecimento de sua produção de conhecimento, participação nas decisões e condições concretas para cultivar. O protagonismo das mulheres merece atenção especial, não para naturalizar responsabilidades de cuidado, mas para enfrentar sua invisibilidade e ampliar o acesso aos espaços de poder. A sucessão geracional também precisa ser tratada como dimensão estruturante, articulando escolas, famílias, organizações e juventudes.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

As tipologias analisadas mostram que não existe um único formato legítimo. Guardas familiares, estoques coletivos, intercâmbios, redes e práticas cerimoniais podem coexistir e reforçar-se. Essa diversidade deve orientar políticas e apoios institucionais. A padronização excessiva pode excluir experiências informais e comprometer a autonomia que se pretende fortalecer. Políticas adequadas combinam financiamento, formação, infraestrutura e proteção jurídica com participação comunitária e respeito às regras locais.

As pressões exercidas pela concentração fundiária, pela mercantilização das sementes, pela homogeneização genética e pelas mudanças climáticas demonstram que a conservação não depende apenas do esforço das comunidades. A responsabilidade pública é indispensável. Os marcos legais de Alagoas representam avanços, mas sua efetividade requer regulamentação, orçamento, continuidade e controle social. O fortalecimento das redes agroecológicas pode aproximar as políticas das demandas territoriais e reduzir a fragmentação das iniciativas.

Conclui-se que os Bancos Comunitários de Sementes constituem pilares da agroecologia e da soberania alimentar porque articulam conservação da diversidade, autonomia produtiva e organização coletiva. Sua principal contribuição não está apenas na quantidade de sementes armazenadas, mas na capacidade de manter vivos os vínculos entre biodiversidade, cultura, território e decisão política. Ao preservar a possibilidade de escolher o que plantar, como cultivar e com quem compartilhar, esses bancos afirmam alternativas concretas ao modelo agroalimentar concentrador e ampliam as condições para sistemas alimentares mais diversos, resilientes e socialmente justos.

Referências

ALAGOAS. **Lei nº 6.903, de 3 de janeiro de 2008: dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Bancos Comunitários de Sementes e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, 4 jan. 2008. Disponível em: https://cpisp.org.br/lei-ordinaria-no-6-903-de-03-de-janeiro-de-2008/. Acesso em: 18 jul. 2026.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

ALAGOAS. **Lei nº 9.576, de 30 de junho de 2025: cria a Política Estadual de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, AL, ano 113, n. 2592, suplemento, 1 jul. 2025. Disponível em: https://diario.imprensaoficial.al.gov.br/apinova/api/editions/viewPdf/50836. Acesso em: 18 jul. 2026.

ALMEIDA, Clebson Souza de; CORDEIRO, Shaiene Alves; EUGÊNIO, Fabiana; MACEDO, Valmir Soares de. **Sementes do saber: tradições camponesas, soberania alimentar e defesa da agrobiodiversidade no Vale do Jequitinhonha.** Cadernos de Agroecologia, [S. l.], v. 15, n. 4, 2020. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6530. Acesso em: 22 jul. 2026.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BALBINO, Rafael dos Santos; GERVAIS, Ana Maria Dubeux; SANTOS JÚNIOR, Edmilson Genuíno. **A importância das feiras de trocas de sementes crioulas para a conservação da agrobiodiversidade e soberania alimentar no semiárido brasileiro.** Cadernos de Agroecologia, Recife, v. 20, n. 1, 2025.

BEZERRA, Juliano César Petrovich; ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva. **Sistema agroalimentar e agrobiodiversidade: desafios à conquista de uma soberania de sementes.** Cadernos de Agroecologia, [S. l.], v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8561. Acesso em: 22 jul. 2026.

DE BOEF, Walter Simon; THIJSSEN, Marja H. **Participatory tools working with crops, varieties and seeds: a guide for professionals applying participatory approaches in agrobiodiversity management, crop improvement and seed sector development.** Wageningen: Wageningen International, 2007. 83 p.

DAGNINO, Renato (org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomia e desenho: a realização do comunal.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173–230.

FERNANDES, Gabriel Bianconi. **Sementes crioulas, varietais e orgânicas para a agricultura familiar: da exceção legal à política pública.** In: SAMBUICHI, Regina

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

Helena Rosa et al. (org.). A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: Ipea, 2017. p. 327–358.

GIL, Antonio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Barueri, SP: Atlas, 2021.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: the ecology of sustainable food systems.** 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2015.

KLOPPENBURG, Jack. **Re-purposing the master's tools: the Open Source Seed Initiative and the struggle for seed sovereignty.** The Journal of Peasant Studies, v. 41, n. 6, p. 1225–1246, 2014.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flávio dos. **No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 21, n. 41, p. 192–217, jan./abr. 2018.

NORGAARD, Richard B. **Coevolutionary agricultural development.** Economic Development and Cultural Change, v. 32, n. 3, p. 525–546, 1984.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PATEL, Raj. **Food sovereignty.** The Journal of Peasant Studies, v. 36, n. 3, p. 663–706, 2009.

PEREIRA, Viviane Camejo; DIVINO, Cleide. **Conexões entre a agroecologia, a soberania e segurança alimentar e nutricional na educação do campo.** Cadernos de Agroecologia, [S. l.], v. 19, n. 1, 2024.

PEREIRA, Zefa Valdivina et al. **Casa de Sementes Crioulas Tengatui Marangatu: uma estratégia para a segurança e soberania alimentar para as comunidades indígenas de etnia Guarani-Kaiowá de Dourados, MS.** Cadernos de Agroecologia, [S. l.], v. 15, n. 4, 2020.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores.** São Paulo: Peirópolis, 2009.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: May 13, 2026 - **Accepted:** June 29, 2026
Vol.: 13.17
DOI: 10.66104/c0mxpq94
Pages: 1–21

SANTOS, Thaís Moura dos; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Guardiãs de sementes crioulas do Alto Sertão de Sergipe: mulheres que produzem soberania alimentar.** Cadernos de Agroecologia, [S. l.], v. 15, n. 3, 2020.

SCHMITT, Claudia Job et al. **A experiência brasileira de construção de políticas públicas em favor da agroecologia.** In: SABOURIN, Eric et al. (org.). Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe. Porto Alegre: FAO; Red PP-AL, 2017. p. 73–122.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35–45, jan./mar. 2001.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales.** Barcelona: Icaria, 2008.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VERNOOY, Ronnie; STHAPIT, Bhuwon; GALLUZZI, Gea; SHRESTHA, Pitambar. **The multiple functions and services of community seedbanks.** Resources, Basel, v. 3, n. 4, p. 636–656, 2014. DOI: https://doi.org/10.3390/resources3040636.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.